

A INVASÃO AUSTRALIANO-HOLANDESA DE TIMOR (1941)

4.ª Parte

Em 27 de Dezembro de 1941, o governador Ferreira de Carvalho, constatando que não recebera instruções sobre a atitude a tomar em caso de ataque japonês, agora que se encontravam na ilha forças estrangeiras, enviou para Lisboa o seguinte telegrama:

Virtude situação perante forças desembarcadas peço esclarecer qual atitude tomar no caso de ataque por Japoneses.¹

Feita a pergunta, o governador fica a aguardar. Passam-se vários dias sem que a resposta chegue.

Em Lisboa, Teixeira de Sampaio e Campbell acordam, em 29 de Dezembro, uma fórmula para a substituição das tropas holandesas e australianas desembarcadas em Timor, a qual se fará logo que as tropas portuguesas cheguem à colónia. Discorda desta solução o general Archibald Wavell, comandante-chefe britânico no Extremo-Oriente², o qual pretende que, mesmo após a chegada das tropas portuguesas, as forças holandesas e australianas permaneçam na colónia. Embora Wavell tenha obtido o apoio de Churchill, Eden consegue contrariar a posição do primeiro-ministro britânico e a fórmula decidida em Lisboa entre Sampaio e Campbell acaba por prevalecer.

Todavia, embora as tropas portuguesas estejam prontas a partir de Moçambique para Timor e haja entendimento sobre a substituição das forças australianas e holandesas ao nível das conversas entre Sampaio e Campbell, falta, ainda, um compromisso oficial dos governos aliados interessados, garantindo que retirarão à chegada do contingente português. Os contactos que o embaixador britânico vai tendo com o *Foreign Office* não o deixam tranquilo quanto à concordância dos Australianos em retirar à chegada das tropas portuguesas. Em 30 de Dezembro, Campbell telegrafia para Londres a expressar as suas apreensões:

Pode ser que esteja enganado, mas tenho a desconfortável sensação de que o Governo da Commonwealth está esperançado numa situação que eles considerariam justificativa da completa posse de Timor português pelo período de duração da guerra. Isto daria um golpe fatal às relações anglo-lusas. Além do mais, *não podemos* recuar na nossa oferta de retirar “quando a emergência passar”, que interpretámos como significando quando chegarem as forças portuguesas.³

A 31 de Dezembro, o *Central Department* elabora um extenso documento, no qual se expõem, minuciosamente, as múltiplas razões que aconselham, para benefício da causa dos Aliados, que se componham, com a máxima urgência, as relações anglo-lusas fortemente afectadas pela violação da soberania portuguesa em Timor. Depois de diversas considerações, de natureza geopolítica, económica e moral, o documento lança um olhar sobre a parte estratégica do problema especificamente relacionada com Timor:

5. No outro prato da balança deve ser tida em conta a importância de manter Timor. Isto é, obviamente, importante, e, aos olhos dos Australianos, aparentemente vital. Sobre a iminência de uma ameaça a este território parece existirem duas opiniões. Mas admitindo que é uma realidade, é improvável que sejamos, de facto, capazes de defender o território. Admite-se:

- a. Que não possamos enviar para lá muito mais do que um batalhão;

¹ CARVALHO, Manuel A. F., *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, p. 139.

² O general Wavell seria designado, em 1 de Janeiro de 1942, Comandante-Chefe das forças britânicas, americanas, holandesas e australianas no sudoeste da Ásia.

³ MOTTA, C. Teixeira da, *O caso de Timor na II Guerra Mundial*, p. 87.

- b. Que tal efectivo seria inadequado contra um ataque de qualquer dimensão considerável.

Seria simplesmente uma insensatez arruinar a ligação anglo-lusa e, depois, falhar a manutenção de Timor português. Não há razão para supor que um batalhão português seja incapaz de dar conta das actividades de uma 5.ª coluna ou de repelir um ataque de pequena envergadura. Esta última contingência parece improvável.⁴

Procurando ganhar tempo, o *Foreign Office* começa a construir outra ideia acerca da defesa de Timor. Ao mesmo tempo que se telegrafa para Lisboa saudando a decisão portuguesa de enviar tropas para Timor, levantam-se as primeiras dúvidas sobre a sua capacidade para defender a ilha de um ataque de grande dimensão. Sublinha-se, convenientemente, que o governo britânico sempre considerou as tropas aliadas lá estacionadas como insuficientes nas actuais circunstâncias. Ainda em 31, Campbell reage com firmeza, vendo, uma vez mais, a posição britânica a tentar alterar a solução custosamente alcançada, quando os Portugueses haviam decidido enviar o dobro das tropas estacionadas em Timor, justamente para que se não discutisse o valor dessa força:

As suas tropas estão aguardando a partida, e, se antes de aceitarem uma solução que muito terá custado para o seu orgulho, embarcarmos agora numa discussão relativa à conformidade da força portuguesa, parece-me que, à luz de passadas garantias, damos-lhe [a Salazar] todos os motivos para duvidar da nossa boa-fé.

E, no dia seguinte, reforça esta argumentação, acrescentando:

Se agora tergiversarmos sobre quantos portugueses equivalem a um australiano, se o equipamento português é adequado, etc., o Dr. Salazar voltará a sentir que estamos novamente a agir de má-fé, e receio bem que, conhecendo o seu temperamento como eu conheço, ele volte a ter um ataque de exasperação, durante o qual pode fazer algo de irreparável, mesmo que se arrependa toda a vida.⁵

No *Foreign Office* existe a nítida percepção de que a questão timorense coloca ao governo de Londres algumas questões em que os interesses de Portugal e da Austrália não coincidem. Apesar do enorme empenho do governo de Londres em melhorar a sua manobra estratégica no Atlântico, pela utilização de facilidades em territórios portugueses, há, entre os altos funcionários do *Foreign Office*, quem esteja disponível para argumentar com a arrogância habitual de quem, no contexto de uma aliança, dispõe de mais poder. Não é tanto, aqui, a questão de se saber quem tem razão, mas sim o de nos determos por um momento a reflectir no que haverá de verdade histórica num apontamento que, nessas horas de tensão diplomática, foi escrito por Sterndale Bennett, chefe do *Far Eastern Department*, a propósito da aliança anglo-lusa:

O problema é tal que agora provavelmente terá de ser submetido ao Conselho de Ministros. Vamos pressionar o Governo Português para encarar a realidade e aceitar uma situação perfeitamente razoável (que não será tornada pública), embora possa envolver o risco de uma ruptura com Portugal? Ou vamos pressionar o Governo Australiano para retirar sem condições, correndo o risco de um sério conflito com eles e de um grave perigo para a Austrália? Talvez não fosse prejudicial falar ao Dr. Salazar com franqueza. Os Portugueses nunca teriam conservado as suas colónias durante tanto tempo se não fossemos nós. Não as conservarão presentemente a não ser por nosso intermédio. Vai a aliança falhar-nos na hora da nossa maior necessidade, especialmente quando o que fizemos foi feito como amigos e não como inimigos?⁶

⁴ *Ibidem*, p. 90.

⁵ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 93.

⁶ *Ibidem*, p. 94.

Este apontamento de inspiração histórica, cruamente revelador do cenário geopolítico em que assentara o desenvolvimento do Império Colonial Português, dá um claro sinal do período de incerteza diplomática em que se caíra. Era como se, perante um problema verdadeiramente complicado, os intervenientes no jogo se vissem na necessidade de fazer todos os cálculos possíveis antes de encontrar uma decisão. Da parte britânica, desaparecera o sentimento de urgência dos primeiros dias pós-Pearl Harbour, em grande parte porque a parte prática – a ocupação de Timor português por tropas aliadas – estava consumada. O Governo Português, passados os primeiros dias de genuína indignação, percebe que não tem saída soberana para a situação criada, estando completamente dependente das decisões que se tomam em Londres. Assim sendo, o Ministério das Colónias expede, a 31 de Dezembro, um telegrama secreto para o governador de Timor, recebido em Díli a 2 de Janeiro, no qual, na parte respeitante ao envio de reforços militares, se afirma:

O governo tem orientado solução sentido reforçar com tropa Moçambique guarnição local acompanhadas desde Lourenço Marques por um aviso a que se juntaria outro ido de Macau por estar convencido caminho mais fácil e dentro declarações públicas Governos interessados e vizinhos de que desembarque tropas destinado suprir deficiências nossas forças defesa. Sendo isto assim não temos querido dar ordem embarque sem estarmos seguros conveniente sequência acontecimentos. Disto temos estado tratar junto Governo Inglês que até agora não sugeriu qualquer fórmula melhor que sugerida por nós. Ignoramos ainda neste momento se lado Austrália se levantarão dificuldades contra próprio Governo Inglês que supomos desejoso remediar situação actual.⁷

Apesar de tudo, a indignação convive bastante bem com a humilhação resultante da falta de força. Também não há sinais de qualquer acto de contrição pelo desleixo militar que proporcionara a invasão do território.

Em 1 de Janeiro de 1942, após nova reunião sobre a questão de Timor, o *Foreign Office* decide enviar aos Chefes de Estado-Maior um extenso memorando, focando especificamente a proposta portuguesa de envio de tropas, para substituição das que haviam desembarcado na parte portuguesa da ilha, em 17 de Dezembro. Nesse documento, salientam-se os seguintes factores relevantes:

- 1) O Governo Português reagiu muito mal à ocupação de Timor, e o fracasso em encontrar uma solução para o conflito provocará uma tal deterioração das nossas relações que afectará seriamente os nossos interesses em Portugal. Isso significa que a nossa posição nas Ilhas Atlânticas Portuguesas (e.g. as facilidades de reabastecimento de combustíveis de que estamos a usufruir nos Açores), as nossas comunicações através de Lisboa e as nossas vitais importações de Portugal (volfrâmio e cortiça) ficarão imediatamente em risco, e que no futuro não haverá perspectivas de uma ocupação sem oposição das Ilhas Atlânticas.
- 2) Uma deterioração das relações Anglo-Portuguesas conduzirá inevitavelmente a uma crescente influência do Eixo em Portugal, e à correspondente deterioração das nossas relações com Espanha.
- 3) Em contrapartida, a solução agora proposta pelo Governo Português pode ser inaceitável para a Austrália, causando, assim, um aumento de tensão nas nossas relações com o Domínio. E também não podemos garantir que será aceitável no tocante ao Governo Holandês.
- 4) Não pode ser considerado completamente certo que as tropas portuguesas, sozinhas, se oponham seriamente a um desembarque japonês, embora haja evidentes vantagens em atribuir ao Governo Português o ónus da defesa do seu próprio território.

⁷ CARVALHO, Manuel A. F., *Idem*, p. 142.

5) O pior resultado seria aceitar uma ruptura das relações com Portugal e, ao mesmo tempo, falhar na protecção de Timor português. Consequentemente, é desejável que se tomem em consideração tanto a iminência da ameaça a esse território como a suficiência das forças disponíveis para a sua defesa.⁸

É cada vez mais evidente que existe no *Foreign Office* a percepção e o receio de que a violação da neutralidade portuguesa em Timor, devido à insuficiência de forças ali empenhadas, possa resvalar para um embaraçoso fiasco. Em 2 de Janeiro, os Chefes de Estado-Maior debruçam-se sobre as questões colocadas pelo *Foreign Office*, chegando à conclusão de que «a importância de manter as tropas australianas e holandesas no Timor português não justifica o risco de uma ruptura das nossas relações com Portugal»,⁹ posição esta muito favorável aos interesses do governo de Lisboa.

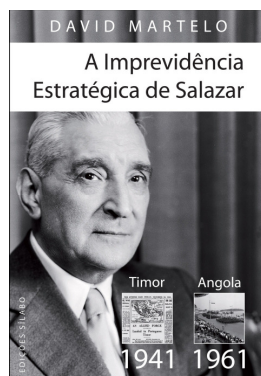
Seguidamente, o *Foreign Office* informa o Governo Australiano dos pormenores da proposta portuguesa, sem que seja pedida uma reacção.

Campbell, entretanto, parte para Londres, para consultas com o seu governo. Antes de viajar, envia para o *Foreign Office* um longo memorando sobre Portugal, a sua história desde o século XVII, as características do regime político e a atitude do país em relação à guerra. Na parte respeitante aos fundamentos anímicos da sociedade portuguesa dessa época, merece destaque a seguinte passagem:

A questão de Timor veio, agora, abalar a confiança de muitos Portugueses cultos na credibilidade da Grã-Bretanha, para os ferir no seu ponto mais sensível – a sua honra nacional –, e, em particular, trazer para mais perto do que nunca de personalidades militares e políticas a constatação da curta distância que separa Portugal da conflagração geral. Um receio instintivo desferiu mesmo um rude golpe na complacente crença, firmemente entranhada nos mais mentalmente devotos deste povo emotivo e simplório, de que Portugal seria poupado aos horrores da guerra graças à rectidão moral do Dr. Salazar e à especial protecção que lhes concedia a Virgem de Fátima.¹⁰

A observação de Campbell, com a verificação de uma crença milagreira de impacto estratégico, não é de todo deslocada. Para Salazar, era, provavelmente, essa componente espiritual a melhor compensação para os rigores do equilíbrio orçamental, crença essa que parece ter sobrevivido até aos nossos dias.

David Martelo



Leitura complementar

⁸ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 95.

⁹ *Ibidem*, pp. 96-97.

¹⁰ *Ibidem*, p. 97.